

Formalização das relações de trabalho

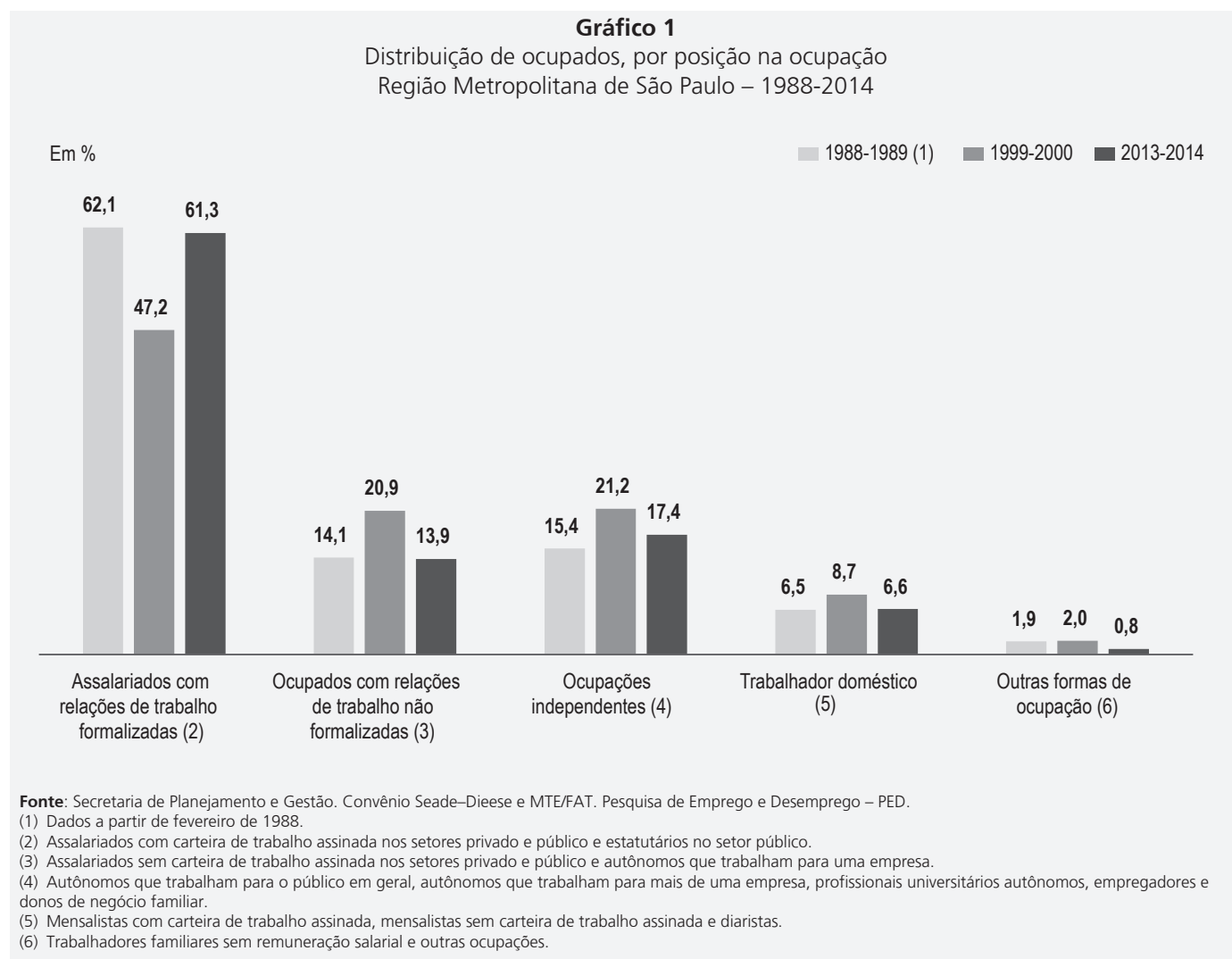
SÚMARIO EXECUTIVO

- *O aumento da proporção de ocupações com relações de trabalho formalizadas, no biênio 2013-2014, em relação a 1999-2000, se dá em um contexto de crescimento econômico e também de aplicação de um conjunto de políticas públicas de incentivo e fiscalização para sua recuperação a patamares similares ao da década de 1980.*
- *Em 2013-2014, a maior parte dos assalariados com relações de trabalho formalizadas era constituída por trabalhadores de 25 a 39 anos de idade, chefes de domicílio, com ensino médio ou superior completo e alocados, principalmente, na Indústria e nos Serviços.*
- *A parcela de ocupações independentes diminuiu entre 1999-2000 e 2013-2014. Os homens eram maioria nesta forma de ocupação, bem como adultos a partir de 25 anos, não negros e chefes de domicílio, atuando na Construção, nos Serviços e no Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas.*
- *Neste grupo de ocupações independentes estão os maiores rendimentos por hora (profissionais universitários autônomos e empregadores) e um dos menores entre os diversos tipos de ocupação analisados (autônomos para o público em geral).*
- *A proporção de ocupações com relações de trabalho não formalizadas também decresceu entre 1999-2000 e 2013-2014. Esse grupo registrou o menor percentual de contribuição à previdência social e o segundo menor rendimento médio por hora (atrás do trabalhador doméstico).*
- *O trabalho doméstico, formado essencialmente por mulheres de 40 a 49 anos de idade, reduziu sua proporção em relação ao biênio anterior, mas o contingente de trabalhadores domésticos com carteira assinada aumentou em contraposição à redução entre os sem carteira. A despeito do aumento da parcela de diaristas, cresceu, entre estas, o percentual das que contribuem para a previdência social, o que pode estar relacionado ao aumento do rendimento médio recebido por hora, que é o mais alto, nesta profissão.*

O mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo passou por importantes mudanças ao longo dos 30 anos de realização da PED/RMSP. Merece destaque, nesse período, a redução da taxa de desemprego nos últimos anos, após aumentos sucessivos na década de 1990. Tão relevantes quanto os movimentos da taxa de desemprego foram as mudanças na formalização das relações de trabalho. O mercado de trabalho, nos anos 1990, foi marcado pela deterioração dessas relações, expressa na redução do contingente de assalariados com carteira assinada e no aumento de formas de ocupações mais precarizadas, movimento que se inverteu a partir da década de 2000.

A piora da qualidade dos postos de trabalho foi tão intensa naquele período que gerou debates a respeito da capacidade da economia brasileira em avançar na direção de um mercado de trabalho mais regulamentado. Entretanto, a retomada do crescimento econômico, neste início de século, a intensificação da fiscalização da legislação trabalhista e as políticas de estímulo à regulamentação do trabalho possibilitaram a volta da criação de ocupações mais protegidas.

Tomando-se como referência os biênios 1988-1989,¹ 1999-2000 e 2013-2014 (Gráfico 1), verifica-se que, entre o primeiro e o segundo, o único agrupamento de ocupações que sofreu forte redução foi o de assalariados com relações de trabalho formalizadas,² com eliminação de 516 mil postos de trabalho, o que reduziu sua proporção no total de ocupados de 62,1% para 47,2%. Inversamente, ampliaram-se os contingentes e as proporções dos demais agrupamentos de ocupados (Tabela 1 do Anexo Estatístico).



Entre os biênios 1999-2000 e 2013-2014, em oposição ao movimento anterior de precarização das relações de trabalho, reduziu-se o número de ocupações com relações de trabalho não formalizadas – assalaria-

1. Embora a divulgação dos dados da PED tenha se iniciado em 1985, neste trabalho utilizou-se como período inicial de análise o biênio 1988-1989, em virtude de alterações introduzidas no questionário da pesquisa a partir de fevereiro de 1988, ampliando a captação e a classificação de tipos de ocupação, objeto deste estudo.

2. Aqui considerados os assalariados com carteira de trabalho assinada nos setores privado e público e os estatutários no setor público.

dos sem carteira assinada nos setores privado e público e os autônomos que trabalham para uma empresa – e elevaram-se o número e a proporção de assalariados com relações de trabalho formalizadas (2,5 milhões de postos de trabalho criados, fazendo com que a participação deste grupo no total de ocupados se elevasse de 47,2% para 61,3%).

A longa série de dados da pesquisa confirma a relação entre baixo dinamismo econômico, altas taxas de desemprego e geração de ocupações de baixa qualidade, em contraposição a períodos de maior dinamismo econômico, baixas taxas de desemprego e criação de ocupações de melhor qualidade, conforme expresso no Gráfico 2. No biênio 1999-2000, período de baixo crescimento e incerteza quanto aos rumos da economia, a taxa de desemprego era mais alta e a proporção do assalariamento formalizado era a mais baixa, enquanto nos dois períodos extremos, as taxas de desemprego eram menores e o trabalho regulamentado era maior.

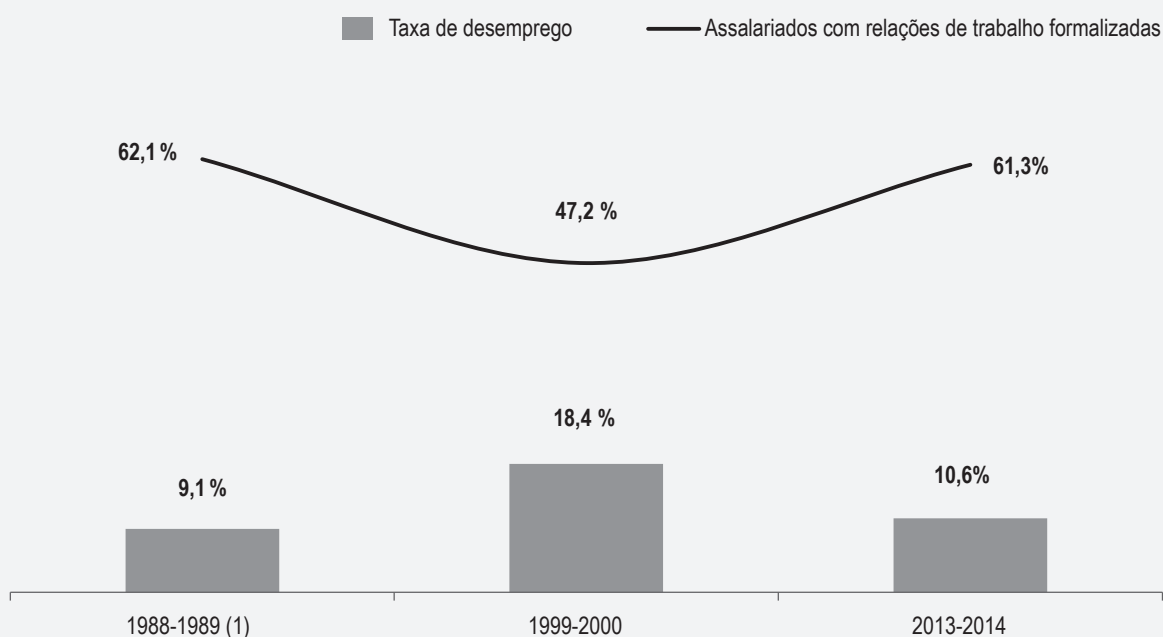
Como visto, em 1999-2000, quando a taxa de desemprego era mais elevada, as ocupações com relações de trabalho não formalizadas apresentaram forte crescimento (geração de 639 mil postos de trabalho). O mesmo ocorreu com o trabalho doméstico (225 mil novas ocupações) e com as ocupações independentes (criação de 575 mil ocupações).

No biênio 2013-2014, após a retomada do crescimento econômico, reduziram-se todas as formas de ocupações não regulamentadas e mais precarizadas: ocupados com relações de trabalho não formalizadas (eliminação de 195 mil ocupações); trabalhador doméstico (-12 mil); e outras formas de ocupação (-66 mil). Por outro lado, cresceram os contingentes de assalariados com relações de trabalho formalizadas (geração de 2,5 milhões de postos de trabalho) e de ocupações independentes (127 mil). Para estes, as causas do aumento, além das relacionadas ao crescimento da produção, também devem ser buscadas nas ações públicas de incentivo à formalização da mão de obra, como a das micro e pequenas empresas pela simplificação do pagamento de tributos e a nova legislação do microempreendedor individual.

A contribuição à previdência social é uma das formas de proteção ao trabalhador no que se refere à cobertura em períodos de afastamento do trabalho por doença, acidentes ou maternidade e, principalmente, pela aposentadoria. No entanto, exceto o assalariamento com relações de trabalho formalizadas, em que há obrigatoriedade desta contribuição, as demais formas de ocupação tiveram drástica redução da proporção de contribuintes para a previdência social, entre 1988-1989 e 1999-2000 (Tabela 1). Embora a parcela de contribuintes tenha voltado a crescer em 2013-2014 para quase todas as formas de ocupação, poucas recuperaram

Gráfico 2

Taxas de desemprego e proporção de assalariados com relações de trabalho formalizadas
Região Metropolitana de São Paulo – 1988-2014



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade–Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Dados a partir de fevereiro de 1988.

Tabela 1

Porcentagem de ocupados que contribuem para a previdência social, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 1988-2014

Posição na ocupação	1988-1989 (1)	1999-2000	2013-2014
Total	75,6	59,8	73,2
Assalariados com relações de trabalho formalizadas	100,0	100,0	100,0
Assalariado no setor privado com carteira assinada	100,0	100,0	100,0
Assalariado no setor público (2)	100,0	100,0	100,0
Ocupados com relações de trabalho não formalizadas	18,5	12,7	14,8
Assalariado no setor privado sem carteira assinada	7,9	7,2	9,3
Assalariado no setor público sem carteira assinada	65,0	51,8	34,7
Autônomo que trabalha para uma empresa	32,4	16,4	22,7
Ocupações independentes	54,6	30,9	36,1
Autônomo que trabalha para o público em geral	36,3	14,3	25,8
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa	54,7	25,4	29,1
Profissional universitário autônomo	82,2	61,9	55,3
Empregador	86,9	61,7	59,9
Dono de negócio familiar	71,3	32,9	39,6
Trabalhador doméstico	30,2	36,3	51,1
Mensalista com carteira assinada	98,9	99,6	100,0
Mensalista sem carteira assinada	6,4	3,3	11,7
Diarista	11,5	6,7	20,6
Outras formas de ocupação (3)	22,9	10,3	19,4

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Dieese e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Dados a partir de fevereiro de 1988.

(2) Inclui os estatutários e os que possuem carteira de trabalho assinada.

(3) Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

as proporções do início da série da pesquisa (caso apenas dos assalariados no setor privado sem carteira assinada e de trabalhadores domésticos sem carteira assinada e diaristas).

Perfil dos agrupamentos de ocupação

Há importantes diferenças entre os grupos e subgrupos de ocupação analisados no que se refere aos atributos pessoais. Entre os dois subgrupos de assalariamento com relações de trabalho formalizadas, em 2013-2014, havia mais homens no setor privado com carteira de trabalho assinada (57,2%) e mais mulheres no setor público (61,5%). No setor privado, embora os homens já representassem maioria no início da série (68,2%), ocorreu um forte movimento de entrada de mulheres nessa forma de ocupação: de 31,8% em 1988-1989, elas passaram a representar 42,8% no biênio 2013-2014. No setor público verificou-se mudança de um perfil relativamente equilibrado entre os dois sexos para um mais feminino (ver Tabelas 3a e 3b do Anexo Estatístico).

No trabalho doméstico, as mulheres representam quase a totalidade da mão de obra (96,3%, em 2013-2014) e pouco mais da metade entre os profissionais universitários autônomos (50,5%). Nesta última forma de ocupação, houve uma inversão de proporções, já que as mulheres representavam cerca de um terço do total destes profissionais, em 1988-1989 (36,6%).

Em relação à faixa etária, todos os grupos de ocupação mostraram maior participação entre 25 e 39 anos, como reflexo do que ocorre na população total. Para os subgrupos, no entanto, há concentrações na faixa etária mais jovem, de 16 a 24 anos, no assalariamento com relações de trabalho não formalizadas (sem

carteira de trabalho assinada nos setores privado e público), e na adulta, de 40 a 49 anos, entre as empregadas domésticas diaristas, faixa que passou a apresentar a maior proporção destas trabalhadoras em 2013-2014 (ver Tabelas 4a e 4b do Anexo Estatístico).

Por raça/cor, verifica-se uma sub-representação³ dos negros nas ocupações em que, em geral, é necessário dispor de nível de escolaridade elevado e/ou acúmulo de riqueza para montar seu próprio negócio: assalariados no setor público; autônomos que trabalham para mais de uma empresa; profissionais universitários autônomos; empregadores; donos de negócio familiar; e outras formas de ocupação. A despeito de se manterem sub-representados, todos estes tipos de ocupação mostraram crescimento para os negros, no período analisado (ver Tabelas 5a e 5b do Anexo Estatístico).

De outro lado, verifica-se sobrerrepresentação dos negros em ocupações associadas a menores níveis de qualificação e de rendimentos: trabalhadores domésticos e autônomos que trabalham para o público em geral. Também nesses tipos de ocupação houve crescimento de suas proporções.

No que diz respeito à posição no domicílio, há uma divisão clara entre chefes, cônjuges e filhos, por tipos de ocupação. Em 2013-2014, os chefes tinham maior participação entre os assalariados com relações de trabalho formalizadas (44,8%) e nas ocupações independentes (63,0%), embora com uma concentração um pouco menor em relação a 1988-1989 (ver Tabelas 6a e 6b do Anexo Estatístico).

Entre os assalariados nos setores público e privado sem carteira de trabalho assinada, os filhos predominam, enquanto no trabalho doméstico e no agregado outras formas de ocupação, os cônjuges aparecem com cerca da metade do total destas ocupações.

Segundo nível de escolaridade, em 2013-2014, havia maior concentração das pessoas com o ensino médio completo e superior incompleto em quase todos os tipos de ocupação analisados. Excetuando-se os profissionais universitários autônomos que, por definição, têm o ensino superior completo, apenas no assalariamento do setor público havia predominância de pessoas com esse nível de escolaridade (50,5%), o que não ocorria nos períodos anteriores (ver Tabelas 7a e 7b do Anexo Estatístico).

Os níveis mais baixos de escolaridade – que incluem os analfabetos e as pessoas com ensino fundamental completo – continuam sendo verificados, principalmente, entre os autônomos que trabalham para o público em geral e os trabalhadores domésticos, embora apresentem menor concentração em 2013-2014.

Setores de atividade

Do total de ocupados na **Indústria**, 75,5% eram assalariados com carteira assinada no setor privado em 2013-2014, sendo que, na metal-mecânica (material de transporte, metalurgia, máquinas e equipamentos, eletroeletrônicos, aparelhos e materiais elétricos, entre outros), essa proporção aumenta para 86,5% (Tabela 2). As ocupações com relações de trabalho não formalizadas representavam 14,1% do total de ocupados na Indústria e as ocupações independentes correspondiam a 9,7%.

Nos **Serviços**, 61,1% dos seus trabalhadores eram assalariados com relações de trabalho formalizadas, proporção que se diferencia segundo os segmentos do setor: as atividades administrativas e serviços complementares reuniam 88,5% de seus ocupados com essa característica e a administração pública, defesa e seguridade social; educação, saúde humana e serviços sociais englobavam 82,4%, enquanto no ramo de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação, essa proporção era de apenas 41,5%.

Os ocupados nos Serviços submetidos a relações de trabalho não formalizadas perfaziam 12,6% do total, sendo que nas atividades administrativas e serviços complementares esse percentual era o mais baixo (6,5%) e no ramo de alojamento e alimentação, o mais alto (22,4%).

As ocupações independentes eram representadas por 14,1% do total de ocupados nos Serviços. No segmento de alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação, a proporção de ocupações independentes era de 34,1%, basicamente pela presença de autônomos que trabalham para o público em geral.

No **Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas**, 56,6% do total de seus ocupados eram assalariados com carteira de trabalho assinada, 25,1% estavam em ocupações independentes (principalmente autônomos que trabalham para o público em geral) e 16,7% eram ocupados com relações de trabalho não formalizadas.

A **Construção** é o setor que apresenta o mais baixo nível de assalariamento formal, com apenas 40,0% do total de ocupados com carteira de trabalho assinada. Nesse setor, predominam as ocupações independentes

3. Neste trabalho, considera-se sub-representado o segmento cuja proporção em determinado recorte seja inferior à da População Economicamente Ativa – PEA e, sobrerrepresentado, se a sua proporção for superior à da PEA. A proporção dos negros na PEA era de 36%, em 2013.

Tabela 2
Distribuição dos ocupados, por setor de atividade econômica, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de São Paulo – 2013-2014

Posição na ocupação	Em porcentagem											
	Indústria (2)		Serviços (6)					Serviços (6)				
	Total (1)	Metal-mecânica (3)	Construção (4)	Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas (5)	Total	Transporte, armazenagem e correio (7)	Informação e comunicação; atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados; atividades profissionais e técnicas (8)	Atividades administrativas e serviços complementares (9)	Administração pública, defesa social; educação, saúde humana e serviços sociais (10)	Alojamento e alimentação; outras atividades de serviços; artes, cultura, esporte e recreação (11)	Serviços domésticos (12)	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Assalariados com relações de trabalho formalizadas	61,3	75,6	40,0	56,6	61,1	64,4	69,6	88,5	82,4	41,5	-	-
Assalariado no setor privado com carteira assinada	54,2	75,5 (14)	39,9 (14)	56,6 (14)	48,9 (14)	59,2 (14)	66,8 (14)	88,3 (14)	37,1 (14)	40,8 (14)	-	-
Assalariado no setor público (13)	7,1	-	-	-	12,2	5,2	2,8	-	45,3	-	-	-
Ocupados com relações de trabalho não formalizadas	13,9	14,1	16,9	16,7	12,6	18,2	13,8	6,5	9,7	22,4	-	-
Assalariado no setor privado sem carteira assinada	8,8	8,9 (14)	9,6 (14)	12,3 (14)	7,6 (14)	10,4 (14)	10,2 (14)	5,2 (14)	4,2 (14)	14,0 (14)	-	-
Assalariado no setor público sem carteira assinada	0,7	-	-	-	1,1	-	-	-	4,3 (14)	-	-	-
Autônomo que trabalha para uma empresa	4,5	5,2 (14)	7,2 (14)	4,4 (14)	3,9 (14)	7,6 (14)	3,3 (14)	1,2 (14)	1,2 (14)	8,2 (14)	-	-
Ocupações independentes	17,4	9,7	42,9	25,1	14,1	16,8	16,3	4,9	7,7	34,1	-	-
Autônomo que trabalha para o público em geral	9,6	3,8 (14)	36,3 (14)	12,4 (14)	7,0 (14)	9,5 (14)	2,4 (14)	1,9 (14)	3,7 (14)	22,5 (14)	-	-
Autônomo que trabalha para mais de uma empresa	1,5	1,1 (14)	1,9 (14)	2,4 (14)	1,2 (14)	2,8 (14)	2,2 (14)	1,4 (14)	1,4 (14)	1,4 (14)	-	-
Profissional universitário autônomo	1,1	1,1 (14)	1,4 (14)	1,8 (14)	1,8 (14)	1,8 (14)	6,2 (14)	2,7 (14)	2,7 (14)	1,4 (14)	-	-
Empregador	3,5	3,2 (14)	4,3 (14)	6,1 (14)	2,7 (14)	3,2 (14)	4,6 (14)	1,6 (14)	0,9 (14)	5,1 (14)	-	-
Dono de negócio familiar	1,8	1,6 (14)	1,4 (14)	4,3 (14)	1,3 (14)	1,3 (14)	1,4 (14)	1,4 (14)	1,4 (14)	4,6 (14)	-	-
Trabalhador doméstico	6,6	-	-	-	11,6	-	-	-	-	-	100,0	100,0
Mensalista com carteira assinada	2,7	-	-	-	4,7	-	-	-	-	-	40,9	40,9
Mensalista sem carteira assinada	1,4	-	-	-	2,5	-	-	-	-	-	22,0	22,0
Diarista	2,4	-	-	-	4,3	-	-	-	-	-	37,1	37,1
Outras formas de ocupação (15)	0,8	(14)	(14)	1,6	0,6	(14)	(14)	(14)	(14)	2,0	-	-

Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão. Convênio Seade-Diêse e MTE/FAT. Pesquisa de Emprego e Desemprego – PED.

(1) Inclui agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (Seção A); indústrias extrativas (Seção B); eletricidade e gás (Seção D); água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação (Seção E); organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais (Seção U); atividades mal definidas (Seção V). As seções mencionadas referem-se à CNAE 2.0 domiciliar. (2) Seção C da CNAE 2.0 domiciliar. (3) Divisões 24 a 29 da CNAE 2.0 domiciliar. (4) Seção F da CNAE 2.0 domiciliar. (5) Seção G da CNAE 2.0 domiciliar. (6) Inclui atividades imobiliárias (Seção L da CNAE 2.0 domiciliar). (7) Seção H da CNAE 2.0 domiciliar. (8) Seções J, K, M da CNAE 2.0 domiciliar. (9) Seção N da CNAE 2.0 domiciliar. (10) Seções O, P, Q da CNAE 2.0 domiciliar. (11) Seções I, S, R da CNAE 2.0 domiciliar. (12) Seção T da CNAE 2.0 domiciliar. (13) Inclui os estatutários e os que possuem carteira de trabalho assinada. (14) A amostra não comporta a desagregação para esta categoria. (15) Trabalhadores familiares sem remuneração salarial e outras ocupações.

(42,9% do total de ocupados), principalmente autônomos que trabalham para o público em geral (36,3%), como pintores, pedreiros e ajudantes, em reformas ou construções de pequeno porte.

Nos **Serviços Domésticos**, os ocupados dividiam-se de forma semelhante entre mensalistas com carteira de trabalho assinada (40,9%) e diaristas (37,1%), enquanto as mensalistas sem carteira assinada apresentaram parcela menor, mas importante (22,0%).

Jornada de trabalho

Em 1988-1989, quando a Constituição Federal estabeleceu jornada de trabalho semanal de até 44 horas, as jornadas médias ultrapassavam esse limite em vários tipos de ocupação: domésticas mensalistas com e sem carteira assinada e assalariados com carteira assinada, além de ocupações que não são regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT, como as de empregador e dono de negócio familiar (ver Tabela 9 do Anexo Estatístico).

Já em 2013-2014, as jornadas diminuíram em relação a 1988-1989, o que não necessariamente foi registrado em 1999-2000, em relação ao primeiro biênio, seja porque algumas médias cresceram, seja porque a redução ocorreu com menor intensidade. As retrações generalizadas das jornadas semanais de trabalho no último biênio, em especial para o trabalhador doméstico (como provável efeito da emenda constitucional para a categoria), fizeram com que as médias se adequassem à legalmente estabelecida em 1988. Já para os empregadores e os donos de negócio familiar, apesar da redução, suas jornadas de trabalho continuam mais extensas.

Assim como a jornada, a proporção de ocupados que trabalharam mais de 44 horas na semana diminuiu em todas as formas de ocupação. No biênio 2013-2014, os maiores percentuais de ocupados nessa situação eram de empregadores, donos de negócio familiar, autônomos que trabalham para o público em geral e outras formas de ocupação.

Rendimentos do trabalho

Em razão da diversidade de jornada média de trabalho para cada tipo de ocupação, os rendimentos médios reais são apresentados por hora, permitindo uma melhor comparabilidade dessas informações. Praticamente todos os tipos de ocupação tiveram redução em seus rendimentos/hora, em relação a 1988-1989 (ver Tabela 10 do Anexo Estatístico). Houve aumento apenas para as ocupações que tradicionalmente recebem valores mais baixos (trabalhadores domésticos e assalariados no setor privado sem carteira assinada), como efeito da redução da jornada semanal trabalhada e, principalmente, da valorização do salário mínimo.

No topo da classificação de rendimentos, os mais altos continuam sendo obtidos nas ocupações independentes (profissionais universitários autônomos, empregadores e, com menor intensidade, autônomos que trabalham para mais de uma empresa) e por assalariados no setor público.

Considerações finais

A existência de uma série de dados tão longa quanto a da Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de São Paulo – PED/RMSP permite analisar não apenas as mudanças nas dinâmicas do mercado de trabalho da região nas últimas três décadas – em especial as oscilações dos níveis de ocupação e das taxas de desemprego –, como também os impactos das diferentes fases dos ciclos econômicos na qualidade das ocupações geradas. As informações apresentadas mostram claramente a importância do crescimento econômico na geração de ocupações regulamentadas que, por sua vez, garante parte relevante dos recursos para o acesso dos trabalhadores aos benefícios previdenciários e de promoção social.

O avanço na regulamentação das relações de trabalho também depende de políticas públicas de fiscalização no cumprimento da legislação vigente e de outras, como a de valorização do salário mínimo, que elevou a base de remuneração dos assalariados e que, certamente, contribuiu para diminuir a desigualdade dos rendimentos do trabalho.

Também foram importantes as melhorias trazidas pela aprovação de emenda à Constituição Federal na ampliação de direitos dos empregados domésticos que, embora em processo de regulamentação de alguns itens, já demonstrou a relevância da legislação na melhoria das condições de trabalho dessa categoria de ocupados.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
Secretaria de Planejamento e Gestão

SEADE

Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
Av. Cásper Líbero 464 - CEP 01033-000 - São Paulo SP
Fone (11) 3324.7200 Fax (11) 3324.7324
www.seade.gov.br / sicseade@seade.gov.br / ouvidoria@seade.gov.br

DIEESE

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Rua Aurora, 957, 3º andar - República - CEP 01209-001 - São Paulo
Fone (11) 3821.2140 - www.dieese.org.br - en@dieese.org.br

Apoio: Ministério do Trabalho e Emprego – MTE. Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT.
Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho – Sert.